



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**341<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Assistência Social**

**Ata da ordem dos dias 7 e 8 de agosto de 2025**

**Brasília/DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 341ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

**Local Virtual:** Plataforma Zoom

**Data:** 07 e 08/08/2025

1 Nos dias sete e oito do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 341ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a Coordenação do Conselheiro, Sr.  
3 Edgilson Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e Representante da Secretaria Nacional de  
4 Assistência Social (SNAS) e contou com a participação dos seguintes conselheiros: Sra. Aldenora  
5 Gomes González, Representante do Instituto Ecovida; Sra. Ana Lúcia Soares, Representante da  
6 Associação Brasileira das/os Terapeutas Ocupacionais (ABRATO); Sra. Maria Aparecida Guerra  
7 Vicente, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS); Sra. Emilene  
8 Oliveira Araújo, Representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Sr. Ismael Utino Tavalone,  
9 Representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores (MONPAD); Sra. Jucileide  
10 Ferreira do Nascimento, Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Sra. Márcia  
11 de Carvalho Rocha, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigas/os  
12 das/os Excepcionais (FENAPAES); Sra. Margareth Alves Dallaruvera, Representante da  
13 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS/CUT); Sra. Maria  
14 Carolina Pereira Alves, Representante da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; Sr. Ricardo de  
15 Santana Marques, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência  
16 Social (CONGEMAS); Sra. Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do  
17 Sistema Único de Assistência Social (FNU-SUAS); Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,  
18 Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes  
19 (FEBRAEDA); Sra. Keure Chamse Afonso, Representante da Rede Cidadã; Sra.  
20 Catarina de Santana Silva, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Sra. Amanda Simone  
21 Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à  
22 Fome; Sra. Rafaelly Machado da Silva, Representante do Movimento Nacional População de Rua  
23 (MNPR); Sr. Alessandro Tiezzi, Representante da PIA Sociedade de São Paulo; Sr. Elias de Sousa  
24 Oliveira, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate  
25 à Fome; Sr. Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil

26 (ONCB); Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola, Representante do Ministério do Desenvolvimento  
27 e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Maria Gonçalves da Conceição, Representante  
28 da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB); Sr. Mallon Francisco Felipe  
29 Rodrigues de Aragão; Sra. Shirley de Lima Samico, Representante da Secretaria de Avaliação, Gestão  
30 da Informação e Cadastro Único (SAGICAD); Sra. Irene Rodrigues da Silva, Representante da  
31 Confederação das/os trabalhadoras/es no Serviço Público Municipal (CONFETAM/ CUT); Eduardo  
32 Dalbosco, Representante da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica (SISEC); Sra. Andréia  
33 Fernandes Teixeira, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI); Sra. Jaqueline  
34 Fernandes; Sr. André Iossan.

35 **ABERTURA:** O Presidente do CNAS, Sr. Edgilson Tavares de Araújo, saudou a todas(os) as(os)  
36 partícipes, conselheiras(os) e realizou a abertura da reunião. Após, realizou a leitura da pauta para a  
37 341<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, que segue: *Dia 07/08/2025: 9h*  
38 às 10h - Reunião interna de alinhamento conjunto. 10h às 10h15 - Aprovação da ata da 340<sup>a</sup> Reunião  
39 Ordinária e da pauta da 341<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNAS. 10h15 às 12h - Apresentação sobre a  
40 execução e pagamento do IGD/PBF: Convidado: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania -  
41 SENARC. 14h às 16h - Relato da reunião da Comissão Organizadora da 14<sup>a</sup> Conferência Nacional  
42 de Assistência Social. 16h às 17h - Relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS. 17h às 18h  
43 - Relato da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social.  
44 *Dia 08/08/2025: 9h às 10h* - Alinhamento entre o CNAS e Conselho de Participação Social da  
45 Presidência da República: Convidados: Presidência do Conselho Nacional de Participação Social.  
46 10h às 11h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e  
47 Transferência de Renda. 11h às 12h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos  
48 Conselhos da Assistência Social. 14h às 15h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e  
49 Orçamento da Assistência Social. 15h às 16h - Relato da reunião da Comissão de Normas da  
50 Assistência Social. 16h às 17h - Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social. 17h  
51 às 18h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, CIT, SNAS/MDS, FONSEAS, CONGEMAS  
52 e Conselheiros. Não havendo considerações por parte das conselheiras(os) presentes, foi aprovada.  
53 Seguidamente, passou-se ao item: Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social.  
54 Com a palavra, o Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola apresentou a proposta para retomada do  
55 Cofinanciamento as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI.  
56 Considerou também sobre a importância desse momento, pois depois de seis anos sem

57 cofinanciamento para o programa, a proposta foi retomada. Finalizou pontuando que o conselho tem,  
58 assim, uma janela de oportunidade que deve ser aproveitada. Aberto as considerações, o Sr. Clóvis  
59 Alberto Pereira registrou que as notícias apresentadas são muito importantes, principalmente  
60 pensando nas crianças que estão sem a devida condição social ou assistência de acompanhamento.  
61 Ressaltou que isso coloca no centro da questão o quanto o país está caminhando para atender as  
62 demandas de inúmeros segmentos que não são mais vulneráveis, mas que são postos pelo capitalismo  
63 em uma situação de vulnerabilidade. Finalizou parabenizando a comissão pela temática apresentada.  
64 Adiante, o Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola informou que em questão de criticidade, a grande  
65 preocupação é com o estado do Pará, pois está de fato em uma situação de trabalho infantil bem  
66 incidente, assim como o Tocantins. Posteriormente, uma das partícipes ponderou que o desafio com  
67 essa temática ainda é muito grande, principalmente, por muitas vezes ser até uma questão da própria  
68 cultura do interior dos municípios. Sendo assim, inferiu que é uma excelente informação, porém ainda  
69 é necessário avançar muito. Em seguida, a Sra. Keure Chamse Afonso pontuou que se sentiu um tanto  
70 quanto preocupada, porém aliviada, principalmente quando são observados os números dos  
71 municípios acerca do trabalho infantil. Questionou também se existe a possibilidade de realizar o  
72 acompanhamento desses municípios onde houve uma queda, reduzindo assim o trabalho infantil  
73 daquela região e quais foram as medidas adotadas. Em resposta, o Sr. Regis Aparecido Andrade  
74 Spindola inferiu que ainda não é possível ter acesso aos dados detalhados dos municípios, pois os  
75 dados apresentados pelo CNAS não são do IBGE certificado. Sobre as estratégias adotadas, a  
76 resolução, que será apresentada para aprovação do pleno, prevê um artigo que a gestão nas três esferas  
77 possa apresentar aos conselhos o monitoramento. Reforçou que a Secretaria de Estado deve, além de  
78 mobilizar os municípios, manter uma articulação muito importante com o CNAS e Governo Federal,  
79 para alimentação dos sistemas. Ato contínuo, a Sra. Rafaelly Machado da Silva ressaltou que é muito  
80 importante a retomada do AEPETI, porém quando se observa os repasses de recursos que são  
81 enviados aos municípios é algo de doer o coração, pois é pouco para a quantidade de demandas que  
82 são apresentadas. Após, foi realizada a leitura da minuta de resolução que dispõe sobre critérios de  
83 elegibilidade e partilha visando a retomada do cofinanciamento federal para a realização das ações  
84 estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil nos Estados, Distrito Federal e  
85 Municípios. Não havendo considerações, os seguintes conselheiros manifestaram voto favorável pela  
86 aprovação da resolução: Ana Lúcia Soares, Maria Aparecida Guerra Vicente, Emilene Oliveira  
87 Araújo, Ismael Utino Tavalone, Márcia de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Maria

88 Carolina Pereira Alves, Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Shirley de Lima Samico,  
89 Regis Aparecido Andrade Spindola, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Solange Bueno,  
90 Clóvis Alberto Pereira, Ricardo de Santana Marques e Edgilson Tavares de Araújo. Sendo assim, por  
91 15 votos, a resolução foi aprovada. Seguidamente, prosseguiu-se a leitura da minuta de resolução que  
92 dispõe sobre a Câmara Nacional de Diálogo e de Negociação Permanente entre o Sistema Único de  
93 Assistência Social - SUAS e o Sistema de Justiça. Aberto as considerações, o Sr. Regis Aparecido  
94 Andrade Spindola reforçou sobre a importância da referida resolução e da instituição da Câmara  
95 Temática, pois segue um dos encaminhamentos que foram propostos na Resolução nº 119 do CNAS,  
96 de 2023, que propõe o estabelecimento desses espaços de negociação e diálogo permanente entre o  
97 Instituto e o Sistema de Justiça. Adiante, a Sra. Jucileide Ferreira do Nascimento parabenizou a  
98 comissão pelo excelente trabalho desenvolvido e refletiu sobre o desdobramento, pois essa é uma luta  
99 antiga e que foi pautada na Resolução do CNAS para que pudesse haver espaços de pactuação.  
100 Posteriormente, o Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola considerou que existem duas preocupações:  
101 1. acerca do bom funcionamento da câmara, entendo sempre a questão do quórum, pois não é  
102 necessário fazer uma câmara extensa se não houver a responsabilidade de trabalhar e chegar aos  
103 produtos de forma efetiva; 2. indicação dos conselheiros e participantes que irão compor a câmara.  
104 Sendo assim, sugeriu que seja mantida a lista de indicações no parágrafo único do texto da resolução,  
105 e depois serão inseridos os convidados e especialistas no tema que irão participar, bem como dos  
106 movimentos sindicais, demais fóruns de representação de usuários e trabalhadores. Em seguida, a  
107 Sra. Irene Rodrigues da Silva ressaltou a importância de se colocar o Fórum do Movimento Sindical,  
108 pois são os sindicatos na ponta que seguram as demandas, inclusive, denúncias contra os  
109 trabalhadores. Ato contínuo, não havendo mais considerações, foi colocado em regime de votação e  
110 os seguintes conselheiros manifestaram voto favorável pela aprovação da resolução: Ana Lúcia  
111 Soares, Maria Aparecida Guerra Vicente, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Utino Tavalone, Márcia  
112 de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Maria Carolina Pereira Alves, Mallon Francisco  
113 Felipe Rodrigues de Aragão, Shirley de Lima Samico, Regis Aparecido Andrade Spindola, Thiago  
114 Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Solange Bueno, Clóvis Alberto Pereira, Ricardo de Santana  
115 Marques e Edgilson Tavares de Araújo. Sendo assim, por 15 votos, a resolução foi aprovada. Não  
116 havendo mais pontuações, o relato foi aprovado pelos conselheiros presentes. Após, seguiu-se ao  
117 item: Relato da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência  
118 Social. Com a palavra, a Sra. Shirley de Lima Samico inferiu que os nomes dos indicados são:

119 Professora Aldaíza Sposati, Iêda Castro, Marco Natalino, Ana Lígia e Maria José. Aberto as  
120 considerações, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha ponderou que o Momento Conferir trouxe uma  
121 mudança e reflexão mais apurada para o conselho, ainda em tempo de se estar introduzindo esse  
122 processo nas Conferências Estaduais. Não havendo mais pontuações, o relato foi aprovado pelas  
123 conselheiras(os) presentes. Seguidamente, passou-se ao item: Relato da reunião da Comissão de  
124 Normas da Assistência Social. Como encaminhamento, foi solicitado que o relatório do DRSP possa  
125 ser disponibilizado no blog do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Não havendo mais  
126 pontuações, o relato foi aprovado pelas conselheiras(os) presentes. Adiante, prosseguiu-se ao item:  
127 Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Não  
128 havendo pontuações, o relato foi aprovado pelas conselheiras(os) presentes. Posteriormente,  
129 avançou-se ao item: Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios  
130 Socioassistenciais e Transferência de Renda. Aberto as considerações, a Sra. Solange Bueno pontuou  
131 que quando a Rede de Fiscalização promoveu a nova mudança de percentual, umas das questões  
132 relacionadas é fazer com que os prefeitos ficassem condicionados aos aceites, o que seria a nova  
133 resolução com a criação das comissões. Diante do exposto, inferiu que o conselho deseja saber o  
134 resultado dos aceites e do andamento e como está sendo realizado. Em seguida, a Sra. Shirley de  
135 Lima Samico considerou que a Resolução nº 202 destaca sobre o Controle Social do Bolsa Família e  
136 do Cadastro Único, não apenas do PBF. Também reforçou que, em relação ao debate que está posto  
137 sobre a resolução, foram pensadas as condicionalidades do Bolsa Família, porém está fazendo  
138 inferência a Resolução nº 202. Ato contínuo, o Sr. Elias de Sousa Oliveira informou que nem todos  
139 os municípios possuem a obrigatoriedade de criar comissão, sendo assim, talvez o conselho devesse  
140 olhar novamente a resolução para que seja formulado, da melhor forma possível, as informações e o  
141 processo possa ser seguido. Finalizou considerando que outra coisa diferente é tratar dos processos  
142 de averiguação e verificação cadastral do Bolsa Família e, diretamente, com as famílias para ver o  
143 impacto do acompanhamento. Após, a Sra. Shirley de Lima Samico pontuou que é importante que a  
144 comissão possa pautar esse tema e trazer a discussão à tona com as secretarias, talvez inferindo sobre  
145 o que é o Controle Social no âmbito do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, pois os  
146 municípios podem ter essas dúvidas. Não havendo mais pontuações, o relato foi aprovado pelas  
147 conselheiras(os) presentes. Seguidamente, passou-se ao item: Relato da reunião da Comissão  
148 Organizadora da 14<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social. Com a palavra, a Sra. Márcia de  
149 Carvalho Rocha pontuou, acerca da definição de delegadas(os) no âmbito federal, em consonância

150 com a Resolução CNAS nº 187, que estabelece diretrizes para a reserva de cotas no mínimo 30% para  
151 a eleição das Delegadas(os), e visa a garantia de representatividade no processo de Conferência da  
152 Assistência Social, que é necessário definir os prazos para a indicação. Diante do exposto, as  
153 conselheiras(os) presentes optaram por definir que o prazo seja até o mês de outubro de 2025, para  
154 que a Sociedade Civil possa informar suas indicações. Não havendo mais pontuações, o relato foi  
155 aprovado pelas conselheiras(os) presentes. Adiante, avançou-se ao item: Relato da Reunião da  
156 Presidência Ampliada. Com a palavra, a Sra. Thaís Braga inferiu, acerca da reforma da sala plenária  
157 do CNAS, que no momento de alteração do Regimento Interno, foi sugerido um novo layout  
158 adicionando mais duas salas para comportar as comissões. Em seguida, o Sr. Thiago Szolnoky de  
159 Barbosa Ferreira Cabral questionou se na reforma que será realizada, será revista a questão da acústica  
160 do local, para que haja mais privacidade durante as reuniões. Em resposta, a Sra. Thaís Braga  
161 informou que durante essa reforma, ainda, não será possível realizar a solicitação e organização  
162 quanto à acústica. Ato contínuo, a Sra. Margareth Alves Dallaruvera proferiu a leitura da resposta ao  
163 Ofício do Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia. Não havendo pontuações, a resposta  
164 ao ofício foi aprovada pelas conselheiras(os) presentes. Após, a Sra. Rafaelly Machado da Silva  
165 pontuou que foi referendada, pelo pleno, para ser convidada permanente do CIAMP-Rua, sendo  
166 realizadas reuniões de forma virtual e presencial. Diante do exposto, inferiu que chegou um convite  
167 - Ofício nº 490 da Coordenação-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento  
168 da Política Nacional de População em Situação de Rua - para participação na Conferência Nacional  
169 Livre e depois na Conferência Nacional da População de Rua, que vai acontecer durante a reunião do  
170 pleno do CIAMP-Rua, então, solicitou que houvesse a deliberação para definir se ela poderia ou não  
171 participar dos eventos. Seguidamente, em debate, as conselheiras(os) presentes definiram o seguinte  
172 encaminhamento: Liberação das passagens, sem a estadia, nos dois dias da  
173 conferência. Seguidamente, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo informou que houve um problema com  
174 a publicação da nomeação da Conselheira Cleres, mas que ela já estaria participando da reunião  
175 mesmo assim, para conhecer como funciona a dinâmica e contribuir com as pautas. A referida  
176 conselheira irá substituir a Sra. Tânia Soares de Souza no Conselho Nacional de Assistência Social a  
177 partir desse momento. Adiante, a Sra. Cleres pontuou que é uma imensa satisfação compor o  
178 conselho, representando o FONSEAS, para fortalecimento do Controle Social. Posteriormente,  
179 seguiu-se ao item: Alinhamento entre o CNAS e o Conselho de Participação Social da Presidência da  
180 República. Aberto as considerações, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo considerou que o motivo da

181 pauta é devido ao surgimento de uma série de dúvidas e alguns questionamentos dos membros do  
182 CNAS e dos conselheiros que fazem parte do Conselho Nacional de Participação Social. Ponderou  
183 também que foi solicitado ao CNAS que pudesse realizar a indicação de seis conselheiros, mas isso  
184 não seria possível devido às restrições orçamentárias. Inferiu que é necessário discutir a questão do  
185 funcionamento do Conselho de Participação Social e as condições de participação do CNAS, pois  
186 mesmo com a retomada do Governo, o Sistema de Assistência Social não tem uma vinculação  
187 orçamentária. Em seguida, o Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral informou que ele e a  
188 Vice-Presidente são representantes do CNAS no Fórum Interconselhos, mas pontuou que o Conselho  
189 Nacional de Assistência Social é totalmente invisibilizado dentro fórum. Explicou que foram  
190 marcadas diversas reuniões, de forma online, a partir das 18 horas, porque alguma pessoa que possui  
191 cargo elevado se atrasou. Finalizou, considerando que, na República, o CNAS é o único conselho que  
192 possui caráter deliberativo, não sendo igual aos outros conselhos que também participam, porém não  
193 há nenhuma aderência a ele e às entidades de Assistência Social. Ato contínuo, a Sra. Aldenora  
194 Gomes González ressaltou que a Política de Assistência Social é extremamente cara, mas é uma pauta  
195 que não tem visibilidade dentro do Conselho Nacional de Participação Social. Ponderou também que  
196 é a única representante do segmento de usuários dentro do Conselho, enquanto outras entidades  
197 possuem cinco ou seis vagas, o que faz com que o segmento tenha mais prioridades dentro das  
198 pautas. Após, o Sr. Clóvis Alberto Pereira inferiu que faz parte do Fórum Interconselhos e destacou  
199 que houve uma imprecisão no início dos trabalhos, já que os conselhos começaram a participar,  
200 primeiro, sem falar o que são e o motivo pelo qual estavam ali. Sendo assim, se os pares e a Sociedade  
201 Civil não conhecem ao certo, o conselho faz a própria estrutura e o andamento do trabalho segue  
202 prejudicado. Seguidamente, a Sra. Irene Rodrigues da Silva considerou que é importante que o Fórum  
203 Interconselhos e o Fórum de Participação Social devem informar qual é sua emenda, pois devido a  
204 diversas falas acabam confundindo e não deixa evidente seu propósito. Adiante, a Sra. Rafaelly  
205 Machado da Silva reforçou que sente falta de que haja um diálogo de interseccionalidade do Conselho  
206 de Participação Social com os demais conselhos nacionais, e que a Sociedade Civil possa ser ouvida,  
207 bem como a representação governamental. Em resposta, o Sr. Oziel informou que na próxima reunião  
208 do Conselho de Participação Social vai pautar as informações trazidas pelo CNAS e convidou para  
209 que os conselheiros que quiserem, que possam participar para que possa ser compreendida a função  
210 e propósito do conselho. Também se comprometeu que irá contribuir da melhor forma possível e que  
211 irá se reunir com a diretoria do CPS e do Fórum Interconselhos para que isso possa ser

212 alinhado. Posteriormente, avançou-se ao item: Relato da Reunião da Comissão de Financiamento e  
213 Orçamento da Assistência Social. Com a palavra, a Sra. Aldenora Gomes González inferiu, acerca da  
214 Cartilha de Orientações sobre a Função Orçamentária 08 - Assistência Social, dois encaminhamentos:  
215 1. Será enviada para todas as conselheiras(os) do CNAS; 2. Será encaminhada para realização da  
216 diagramação e impressão para a Conferência Nacional. Em seguida, sobre a realização de um debate  
217 no Pleno acerca da segurança de renda e natureza do Programa Bolsa Família como Política de Estado  
218 Permanente, aprofundando a relação com a renda básica de cidadania, a Sra. Ana Lúcia Soares  
219 considerou que é necessário haver uma Política que seja permanente. Ato contínuo, o Sr. Mallon  
220 Francisco Felipe Rodrigues de Aragão pontuou que, para além da SENARC e de alguns especialistas,  
221 deve haver um debate mais teórico sobre o processo, pois não é apenas um debate e considerou que  
222 se preocupa que não seja só uma visão de governo e da secretaria. Finalizou ponderando que esse  
223 deveria ser um debate para ser tratado em todo o CNAS. Após, a Sra. Aldenora Gomes González  
224 informou que a comissão definiu que este ponto de pauta estará como permanente, pelo menos até  
225 dezembro de 2025 e trará para o Pleno o detalhamento da Ação nº 8.249 para que as conselheiras(os)  
226 possam acompanhar os recursos e como estão sendo gastos. Como encaminhamento, as  
227 conselheiras(os) propuseram que o Setor de Passagens possa ser convidado para reunião do próximo  
228 Pleno, a fim de debater sobre os valores gastos com as passagens. Seguidamente, o Sr. Ricardo de  
229 Santana Marques pontuou que o Colegiado deve fazer um processo de reflexão quanto aos convites  
230 que chegam ao conselho. Reforçou que entende que a participação das conselheiras(os) fora dos  
231 muros do CNAS se faz necessária, mas é importante priorizar, manter reuniões regulares do Conselho  
232 Nacional ou atender aos pedidos de representação externa que têm sido recebidos. Adiante, o Sr.  
233 Clóvis Alberto Pereira considerou que talvez seja um bom caminho conversar com o Setor de  
234 Passagens. Ponderou também que a prudência, realmente, das representações e representatividades e  
235 dos próprios convidados para as atividades internas e externas é sempre importante que seja  
236 acompanhado pelo Pleno do CNAS e que sejam discutidas e façam as devidas aprovações, por  
237 menores que sejam. Posteriormente, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo inferiu que não dá para deixar  
238 de colocar algumas questões muito tranquilas em que o Secretário de Assistência Social, Sr. André  
239 Quintão, e o Ministro Wellington Dias têm feito, envidando todos os esforços possíveis e financeiros.  
240 Ressaltou também que o que está sendo posto não é o déficit orçamentário, mas um orçamento que  
241 já foi aprovado. Como encaminhamento, o Sr. Ricardo de Santana Marques propôs que na próxima  
242 reunião do CNAS possa ser discutida a questão do orçamento do conselho e que sejam apresentadas

243 planilhas separadas explicando todos os gastos. Em seguida, o Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues  
244 de Aragão reforçou que todas as vezes que participa das reuniões luta pelo fortalecimento do Sistema  
245 Único de Assistência Social e pela garantia da dignidade da pessoa humana, dos usuários e das  
246 trabalhadoras(es) desse sistema. Ato contínuo, o Sr. Elias de Sousa Oliveira inferiu que o Congresso  
247 Nacional não só aprova o orçamento, mas mexe também nesse cálculo e faz alterações. Diante disso,  
248 lembrou que os orçamentos que foram aprovados pelo CNAS e que foram encaminhados ao  
249 Congresso passaram por alterações. Também considerou que as reuniões do conselho não são para  
250 negociar pauta, mas sim a agenda política que é transformada em pauta. Após, a Sra. Emilene Oliveira  
251 Araújo ponderou que é importante registrar que o CNAS não tem tratado com desprezo ou de forma  
252 com que as conselheiras(os) não participem e não cumpram as pautas, mas possui alguns temas  
253 prioritários. Seguidamente, a Plenária propôs os seguintes encaminhamentos: 1. Convidar o setor de  
254 passagens MDS, setor de passagens SNAS e o setor de passagens CNAS para debater os valores  
255 pagos para passagens e diárias do CNAS na comissão e no pleno em setembro de 2025; 2. Próximas  
256 vezes trazer saldo e percentual de diárias e passagens do CNAS com a diferença da dotação inicial  
257 atualizada; 3. Detalhamento de planilha mensalmente indicando o custo das reuniões ordinárias,  
258 trimestrais e o custo da participação de eventos; 4. Realizar diálogo com os CEAS sobre a  
259 possibilidade de arcarem com os custos de suas participações nas reuniões trimestrais, a partir de  
260 2026, tendo em vista aprovação da Resolução CNAS/MDS nº 202/2025; 5. Resgatar encaminhamento  
261 anterior em que as/os conselheiras/os deveriam encaminhar ocorrências ao setor de  
262 passagens. Adiante, o Sr. Alessandro Tiezzi proferiu a leitura da Nota de repúdio do Conselho  
263 Nacional de Assistência Social ao Congresso Nacional Brasileiro. Aberto as considerações, a Sra.  
264 Irene Rodrigues da Silva sugeriu que a Nota tivesse o nome alterado para “Nota Pública do CNAS ao  
265 Congresso Nacional”, pois o conselho não está apenas repudiando, mas pontuando sugestões que  
266 possam ser adotadas pelo congresso. Posteriormente, foram propostos os seguintes  
267 encaminhamentos: 1. Que as conselheiras(os) façam a solicitação de que algum deputado realize a  
268 leitura da nota no plenário da câmara; 2. Encaminhar nota para o gabinete do ministro, SE/MDS,  
269 SNAS, CEAS, FONSEAS e CONGEMAS, MPO, SRI, Casa Civil. Em seguida, passou-se ao item:  
270 Aprovação do Edital do Prêmio Simone Albuquerque. Em regime de votação, os seguintes  
271 conselheiros manifestaram voto favorável pela aprovação da resolução: Ana Lúcia Soares, Maria  
272 Aparecida Guerra Vicente, Elias de Sousa Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Utino Tavalone,  
273 Margareth Alves Dallaruvera, Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Shirley de Lima

274 Samico, Regis Aparecido Andrade Spindola, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Solange  
275 Bueno, Clóvis Alberto Pereira, Catarina de Santana Silva, Ricardo de Santana Marques e Edgilson  
276 Tavares de Araújo e André Iossan. Sendo assim, por 16 votos, o Edital foi  
277 aprovado. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos finais, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo,  
278 declarou encerrada a 341<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

279

280 Edgilson Tavares de Araújo

## **Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social**

282

283 Brasília/DF

284 Agosto de 2025